



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional da CODEVASF

**TERMOS DE REFERÊNCIA
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP**

**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE VEÍCULOS UTILITÁRIOS,
VISANDO ATENDER DIVERSOS MUNICÍPIOS NA ÁREA DE ATUAÇÃO DA 6ª
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA CODEVASF, LOCALIZADA EM JUAZEIRO,
ESTADO DA BAHIA.**

Novembro/2021



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional da CODEVASF

ÍNDICE

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO.....	3
2. TERMINOLOGIAS E DEFINIÇÕES	5
3. CRITÉRIO DE JULGAMENTO	7
4. LOCAL DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE EMBARQUE E TRANSPORTE(se for o caso)	7
5. DESCRIÇÃO DOS FORNECIMENTOS	8
CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO	9
7. VISITA AO LOCAL DA ENTREGA.....	9
8. PROPOSTA FINANCEIRA.....	10
9. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA	11
10. ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.....	12
11. PRAZO DE EXECUÇÃO DOS FORNECIMENTOS	12
12. FORMAS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO	12
13. REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS	12
14. RECEBIMENTO DEFINITIVO DOS FORNECIMENTOS	13
15. FISCALIZAÇÃO.....	14
16. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.....	15
17. OBRIGAÇÕES DA CODEVASF	15
18. GARANTIA DOS EQUIPAMENTOS	16
19. CONDIÇÕES GERAIS.....	16
20. ANEXOS.....	17



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional da CODEVASF

TERMOS DE REFERÊNCIA

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

- 1.1 O Objeto deste certame é a aquisição, na modalidade de **Pregão Eletrônico – Sistema de Registro de Preços**, do tipo menor preço, para a **contratação de empresa para fornecimento de veículos leves e utilitários, visando atender diversos municípios na área de atuação da 6ª Superintendência Regional da Codevasf, localizada em Juazeiro, Estado da Bahia, conforme descrito abaixo:**

Item Pregão	CATMAT	Descrição/ Especificações técnicas	Un	Quant	Valor Unitário	Valor Global
01	BR254799 ou semelhante	Caminhonete flex com as seguintes características: novo, zero quilômetro; potência do motor: mínima de 80 CV; combustível: gasolina / etanol (FLEX); quantidade de portas: 02 (duas) portas; ano/modelo: 2021/2022 ou superior; cor: branca; transmissão: mecânica manual com no mínimo 05 (cinco) marchas sincronizadas à frente e 01 (uma) a ré; freios: hidráulico com ação nas quatro rodas, com sistema ABS, dianteiro a disco ventilado e traseiro a tambor auto ajustáveis (ou sistema superior); ar condicionado: original, instalado pela fábrica; acessórios de segurança e sinalização exigidos pela legislação brasileira para a categoria; direção: com assistência elétrica e/ou hidráulica convencional ou progressiva; alarme sonoro antifurto; vidros elétricos com acionamento nas duas portas, compartimento de carga: caçamba com capacidade mínima de 450 kg; Chapa Protetora de Motor e tapetes; Emplacados e licenciados em nome da CODEVASF – 6ª SR	Un	05	89.260,00	446.300,00
02	BR461899	VEÍCULO VAN. Veículo tipo van/minibus, novo, zero km, ano/modelo 2021 ou 2021/2022; configurado na cor branca ou prata; capacidade mínima de 15 passageiros mais 1 motorista; bancos/assentos de passageiros reclináveis ergonômicos e confortáveis; teto alto; vão mínimo da porta lateral de 1760 x 1260 mm (largura x altura); carga útil mínima de 1540 kg; motor de 4 cilindros, com potência mínima de 127 cv; combustível diesel S-10; câmbio mecânico de 5 ou 6 marchas a frente e 1 a ré; direção	Un	02	270.000,00	540.000,00



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
 6ª Superintendência Regional da CODEVASF

		hidráulica ou elétrica; tração traseira; suspensão dianteira independente com molas transversais parabólicas, amortecedores hidráulicos de duplo efeito e barra estabilizadora; suspensão traseira rígida com molas parabólicas, amortecedores hidráulicos de duplo efeito e barra estabilizadora; capacidade mínima do tanque de combustível de 75 litros; rodado duplo ou simples; pneus com dimensões mínimas 195/75 R16C; estepe com as mesmas especificações dos pneus e rodas; freio hidráulico de duplo circuito com servo depressão, a disco em todas as rodas com discos frontais autoventilados; controle de estabilidade; controle antibloqueio de freios (ABS); controle de tração; servofreio de emergência (BAS); air bags para motorista e passageiros da frente; ar condicionado original de fábrica de alta performance com saídas no painel e no teto; volante com ajuste de altura e profundidade; vidros dianteiros elétricos; espelhos retrovisores elétricos; Rádio AM/FM com CD MP3, USB, cartão de memória SD e sistema de som; faróis de neblina; desembaçador de vidro traseiro; roda de liga leve ou aço estampado de 16" ou maior; tacógrafo digital; macaco, triângulo e chave de rodas; com todos os equipamentos e acessórios exigidos pelo Código Brasileiro de Trânsito; garantia mínima de 24 (vinte e quatro) meses. Emplacados e licenciados em nome da CODEVASF – 6ª SR.				
03	BR0150070 ou semelhante	Veículo tipo pick-up, cabine simples, tração 4x4, cor branca, motor a diesel com potência igual ou superior a 140 cv, tanque de combustível com capacidade mínima de 70 litros, capacidade de carga igual ou superior a 1.000 kg, câmbio manual ou automático de no mínimo 5 velocidades, zero quilometro, ano de fabricação e modelo 2021/2022 ou versão mais atualizada, ar condicionado de fábrica. Capota marítima, protetor de caçamba. Emplacados e licenciados em nome da CODEVASF – 6ª SR.	Un	02	199.000,00	398.000,00
04	BR0150070	Veículo tipo pick-up, cabine dupla, tração 4x4, cor branca, motor a diesel com potência igual ou superior a 160 cv, tanque de combustível com capacidade mínima de 75 litros, capacidade de carga igual ou superior a 1.000 kg, câmbio	Un	06	262.333,33	1.573,999,98



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional da CODEVASF

		automático de no mínimo 6 velocidades, zero quilometro, ano de fabricação e modelo 2021/2022 ou versão mais atualizada, ar condicionado de fábrica. Capota marítima, protetor de caçamba. Emplacados e licenciados em nome da CODEVASF – 6ª SR.				
TOTAL					R\$ 2.958.299,98	

2. TERMINOLOGIAS E DEFINIÇÕES

Nestes Termos de Referência (TR) ou em quaisquer outros documentos relacionados com os fornecimentos acima solicitados, os termos ou expressões têm o seguinte significado e/ou interpretação:

TERMOS DE REFERÊNCIA – Conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar os bens a serem fornecidos, capazes de propiciar avaliação do custo pela administração diante de orçamento detalhado, definição dos métodos, estratégia de suprimento, valor estimado em planilhas de acordo com o preço de mercado, cronograma físico-financeiro, se for o caso, critério de aceitação do objeto, deveres do contratado e do contratante, procedimentos de fiscalização e gerenciamento do contrato, prazo de execução e sanções, de forma clara, concisa e objetiva.

CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Empresa pública vinculada ao Ministério da Integração Nacional, com sede no Setor de Grandes Áreas Norte, Quadra 601 – Lote 1 – Brasília-DF.

ÁREA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E SUPORTE LOGÍSTICO: responsável pela definição da política e instrumentos de gestão de pessoas, patrimônio, material, serviços gerais, financeira, contábil, compras, serviços e acervo documental.

6ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – Unidade executiva descentralizada subordinada diretamente à presidência da CODEVASF, situada em Juazeiro, Bahia, em cuja jurisdição territorial localiza-se os serviços objeto deste Termo de Referência.

LICITANTE – Empresa habilitada para apresentar proposta.



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional da CODEVASF

CATMAT – É um módulo do SIASG denominado Sistema de Catalogação de materiais, onde é realizada a inclusão de itens, bem como a sua consulta. Todos os procedimentos para a sua utilização constam dos Manuais disponíveis no site do Compras Governamentais: www.comprasgovernamentais.gov.br.

CATSERV - É um módulo do SIASG denominado Sistema de Catalogação de serviços, onde é realizada a inclusão de itens, bem como a sua consulta. Todos os procedimentos para a sua utilização constam dos Manuais disponíveis no site do Compras Governamentais: www.comprasgovernamentais.gov.br.

CONTRATO – Documento, subscrito pela CODEVASF e a licitante vencedora do certame, que define as obrigações e direitos de ambas com relação à execução dos serviços ou fornecimentos.

CONTRATADA – Empresa licitante selecionada e contratada pela CODEVASF para a execução dos serviços.

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO – representação gráfica da programação parcial ou total de um trabalho, serviço ou fornecimento, no qual são indicadas as suas diversas etapas e respectivos prazos para conclusão, aliados aos custos ou preços.

ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA – Tipo de norma destinada a fixar as características dos serviços, condições ou requisitos exigíveis para matérias primas, produtos sem fabricados, elementos de construção, materiais ou produtos industriais sem fabricados. Conterá a definição do serviço, descrição do método construtivo, controle tecnológico e geométrico e norma de medição e pagamento.

FISCALIZAÇÃO – Equipe da CODEVASF atuando sob a autoridade de um Coordenador, indicada para exercer em sua representação a fiscalização do contrato.

DOCUMENTOS DE CONTRATO – Conjunto de todos os documentos que integram o contrato e regulam a execução dos serviços, compreendendo o Edital, Termo de Referência, especificações técnicas, desenhos e proposta financeira da executante, cronogramas e demais documentos complementares que se façam necessários à execução dos serviços.



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional da CODEVASF

DOCUMENTOS COMPLEMENTARES OU SUPLEMENTARES – Documentos que, por força de condições técnicas imprevisíveis, se fizerem necessários para a complementação ou suplementação dos documentos emitidos nos Termo de Referência.

PROPOSTA FINANCEIRA – Documento gerado pelo licitante que estabelece os valores unitário e global dos serviços e fornecimentos, apresentando todo o detalhamento dos custos e preços unitários propostos.

SIASG - é um conjunto informatizado de ferramentas para operacionalizar internamente o funcionamento sistêmico das atividades de gestão de materiais, edificações públicas, veículos oficiais, comunicações administrativas, licitações e contratos. É utilizado por várias entidades da Administração Pública Federal (Ministérios, Secretarias, etc.). Pode ser acessado pelo site do Compras Governamentais: www.comprasgovernamentais.gov.br.

3. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

3.1. Critério de Julgamento: Menor preço por item.

3.2. Modo de Disputa: Aberto, com intervalo mínimo de diferença entre os lances de 0,2% (dois décimos por cento) do valor do item pertinente, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

3.3. Valor estimado: Público

3.4 Regime de Execução: Empreitada por Preço Unitário.

4. LOCAL DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE EMBARQUE E TRANSPORTE

4.1. Os veículos objetos destes Termos de Referência deverão ser entregues na sede da 6ª Superintendência Regional da CODEVASF, localizada no seguinte endereço: Avenida Comissão do Vale, s/n, Bairro Piranga, Município de Juazeiro, Estado da Bahia.

4.2. O meio de transporte e o acondicionamento dos itens objeto deste Termos de Referência devem ocorrer em padrões de qualidade que assegurem a integridade e a qualidade dos mesmos. Todas as partes sujeitas à vibrações ou pancadas durante o transporte deverão ser travadas ou suportadas de forma a evitar danos aos objetos transportados.



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional da CODEVASF

5. DESCRIÇÕES DOS FORNECIMENTOS

- 5.1.** O objeto do presente TR compreende a Aquisição de Veículos Utilitários, conforme descritos no item 1 destes Termos de Referência.
- 5.2.** A descrição dos fornecimentos consta das Planilhas de Quantidades e Preços Orçados e Escopo de Fornecimento, e nas Especificações Técnicas – Anexo I deste Termo de Referência, respectivamente, que deverão ser observados criteriosamente pelos licitantes.
- 5.3.** A Codevasf não dispõe no local da entrega nem de equipamentos nem de pessoal para as atividades de descarga dos equipamentos/materiais a serem adquiridos, devendo ser avisada via e-mail, com antecedência devida (até 3 dias) a previsão da data da entrega, de modo a permitir o acompanhamento do recebimento dos materiais a serem entregues.
- 5.4.** A descarga dos equipamentos na obra é de responsabilidade do licitante e a CODEVASF não fornecerá os equipamentos de manuseio.
- 5.5.** Todo carregamento deverá ser acompanhado dos respectivos romaneios (completos) e notas fiscais.
- 5.6.** Os bens ofertados deverão ser originais de fábrica, não se admitindo, em hipótese alguma, produtos recondicionados, remanufaturados ou reciclados, sob pena de afastamento do certame e/ou de não recebimento dos mesmos quando de sua entrega;
- 5.7.** Os bens ora licitados devem atender às recomendações da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT (Lei n.º 4.150 de 21/11/62), no que couber e, principalmente, no que diz respeito aos requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança;
- 5.8.** A licitante que não atender às especificações técnicas estabelecidas terá sua proposta desclassificada mesmo tendo sido habilitada no que diz respeito à documentação;



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional da CODEVASF

- 5.9.** Por não ser a CODEVASF contribuinte do ICMS, fica estabelecido que a alíquota do imposto a ser destacada na nota fiscal será aquela praticada na operação interna, conforme art. 155, § 2º, inciso VII, letra “b”, da Constituição Federal/88;
- 5.10.** O ano de fabricação dos bens ofertados devem ser o da emissão da Ordem de Fornecimento ou da abertura das propostas.

6. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.1. Poderão participar da presente licitação empresas do ramo, pertinente e compatível com o objeto desta licitação, nacionais ou estrangeiras, individuais, que atendam às exigências do TR e seus anexos.

6.2. CONSÓRCIO

6.2.1. Não será permitida a participação de consórcio.

6.3. SUBCONTRATAÇÃO

6.3.1. Não será permitida a subcontratação total ou parcial do objeto desta licitação.

7. VISITA AO LOCAL DA ENTREGA

7.1. O atestado de visita aos locais do fornecimentos **não será obrigatório**, porém, é de inteira responsabilidade da licitante tomar pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza da entrega dos equipamentos, avaliando os problemas futuros, bem como a verificação das dificuldades e dimensionamento dos dados indispensáveis à apresentação da proposta e execução do contrato. A não verificação dessas dificuldades não poderá ser avocada no desenrolar dos trabalhos como fonte de alteração dos termos contratuais que venham a ser estabelecidos. Entende-se que os custos propostos cobrirão quaisquer dificuldades decorrentes da localização do projeto.

7.1.1. Os custos de visita ao local onde serão fornecidos os veículos correrão por exclusiva conta da licitante.



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional da CODEVASF

7.1.2. Em caso de dúvidas sobre onde serão entregues os veículos objeto destes Termos de Referência ou para marca/agendar a visita, as empresas interessadas poderão optar por entrar em contato com a Gerência Regional de Administração e Logística da CODEVASF – 6ª/GRA, em Juazeiro, no Estado da Bahia, nos telefones: (74) 3614 6256 / 3614 6251 / 3614 6214.

8. PROPOSTA FINANCEIRA

8.1. As propostas financeiras deverão conter no mínimo o seguinte:

- a) Nome, endereço, cidade, estado e país do fornecedor de cada bem ofertado;
- b) As especificações técnicas claras, completas e minuciosas dos fornecimentos ofertados, em conformidade com estes Termos de Referência, podendo ser apresentada sob a forma de literatura, catálogo, desenhos e dados;
- c) Planilha de preços unitários e totais ofertados para os veículos, devidamente preenchida, com clareza e sem rasuras;
- d) O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias contados a partir da data estabelecida para entrega das mesmas, sujeita a revalidação por idêntico período.

8.1.1. Nos preços unitários propostos, deverão estar incluídos todos os custos, seguro, transporte, carga e descarga do(s) item(ns), testes de fábrica e do campo, mão-de-obra, leis sociais, encargos sociais, trabalhistas, previdenciárias, securitárias, tributos (ICMS, PIS, COFINS, IRRF, CSLL e IPI), e quaisquer encargos/taxas que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, nos fornecimentos objeto destes Termos de Referência. No caso de omissão, considerar-se-ão como inclusas nos preços.

8.1.2. Para efeito do disposto no subitem acima a licitante deverá considerar a tributação plena até o local de entrega dos veículos, considerando que a CODEVASF não possui inscrição estadual, sendo considerada consumidora final. É de responsabilidade do licitante arcar com todos os tributos incidentes. A proposta deverá indicar os preços das máquinas e equipamentos ofertados em Reais, com menção discriminada da referida tributação. A concorrente será responsável por quaisquer acréscimos que ocorrerem pela não observância desta particularidade.



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional da CODEVASF

9. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

9.1 Serão aceitas propostas que atendam aos termos e condições das especificações técnicas sem desvio ou exceções aos requisitos técnicos, na forma solicitada no item 5 destes Termos de Referência.

9.2 Será considerado desvio aceitável aquele que não afeta de maneira substancial a qualidade ou o desempenho (performance) dos equipamentos/serviços, que não restrinja os direitos da CODEVASF e as obrigações do licitante e que também não prejudique ou afete a posição competitiva de outros licitantes que ofertarem equipamentos/serviços dentro das condições estabelecidas. A CODEVASF poderá desprezar qualquer discrepância ou irregularidade de menor importância de uma proposta desde que não se verifiquem transgressões na forma construtiva e de materiais, constantes das Especificações Técnicas descritas no Anexo I destes Termos de Referência.

9.3 O Licitante deverá apresentar os seguintes documentos:

Atestado (s) em nome da concorrente, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, descrevendo os fornecimentos/serviços de forma a permitir a comprovação da experiência do licitante na execução de serviços/fornecimentos de equipamentos, observando o quantitativo mínimo de 40% (quarenta por cento) do contingente total de cada item descrito na Planilha de Especificações, Quantitativos e Preços Máximos Estimados e Margem de Preferência, item 1 deste Termo de Referência.

a) O Licitante deverá apresentar catálogos, desenhos e dados, ou descrição detalhada, sobre forma de literatura, demonstrando as principais características construtivas e operacionais dos equipamentos objeto desta licitação, e compreenderá no mínimo o seguinte:

i) Uma descrição detalhada das principais características técnicas e do desempenho dos bens, inclusive lista básica dos componentes com os respectivos fabricantes;

ii) No caso da apresentação de catálogos de toda a linha de produtos do licitante, deve ser indicado claramente, quais os bens que constituem o objeto da proposta;



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional da CODEVASF

10. ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. O orçamento estimado para contratação do objeto desta licitação foi baseado em pesquisa no sistema portal do Governo Federal “Painel de Preços”, cujo valor médio global para os fornecimentos ficou em **R\$ 2.958.299,98 (dois milhões, novecentos e cinquenta e oito mil, duzentos e noventa e nove reais e noventa e oito centavos)**, a preços de novembro/2021, conforme indicado nas Planilhas de Quantidades e Preços Orçados, constantes do Anexo I destes Termos de Referência, em consonância com o inciso I, art. 15, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Codevasf.

11. PRAZO DE EXECUÇÃO DOS FORNECIMENTOS

11.1. O prazo para execução dos fornecimentos será de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da data de emissão da Ordem de Fornecimento. A emissão e assinatura do Termo de Encerramento Físico se dará após a conclusão dos fornecimentos solicitados pela contratante.

11.2. PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: O prazo de validade dos preços apresentados são de **04 (quatro) meses**, a contar da data de assinatura da Ata de Registro de Preços. a) A eficácia legal do contrato será a partir da publicação do extrato no Diário Oficial da União, tendo início e vencimento em dia de expediente na Codevasf, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último. b) Os contratos decorrentes do SRP – Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas neste Termo de Referência e respectivos contratos decorrentes, obedecido o disposto no art. 12, caput, do Decreto 7.892/13.

12. FORMAS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

12.1. Os pagamentos, objeto desta licitação, serão efetuados em reais, contra a apresentação das Notas Fiscais/Faturas devidamente atestadas pela Fiscalização da CODEVASF, e de acordo com o cumprimento dos seguintes eventos, observados ainda os subitens seguintes.

12.2. Será observado o prazo de até 30 (trinta) dias para pagamento, contado da data final do período de adimplemento de cada parcela.



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional da CODEVASF

13. REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

13.1. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas as situações previstas no inciso VI do art. 81 da Lei n.º 13.303/2016 ou de redução dos preços praticados no mercado.

14. RECEBIMENTO DEFINITIVO DOS FORNECIMENTOS

14.1. Após o término dos fornecimentos objeto deste Termo de Referência, a CONTRATADA requererá à Codevasf, através da fiscalização, o seu recebimento provisório, que deverá ocorrer no prazo de 15 (quinze) dias da data da solicitação dos mesmos.

14.2. O recebimento definitivo do objeto, após a sua conclusão, obedecerá ao disposto no descrito abaixo: a) Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado; b) Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais.

b1) O contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

14.2.1. Na hipótese de o termo circunstanciado ou a verificação a que se refere este item não serem, respectivamente, lavrado ou procedida dentro dos prazos fixados, reputar-se-ão como realizados, desde que comunicados à administração nos 15 (quinze) dias anteriores à exaustão dos mesmos.

14.2.2. Os ensaios, testes e demais provas exigidas por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto do contrato correm por conta do contratado.

14.2.3. A Codevasf rejeitará, no todo ou em parte, o fornecimento executado em desacordo com o contrato.

14.3. A Codevasf, por meio da fiscalização, terá 90 dias para verificar a adequação dos fornecimentos recebidos com as condições contratadas, vistoriar os equipamentos disponibilizados e emitir parecer conclusivo.

14.4. Na hipótese da necessidade de correção, será estabelecido um prazo para que a CONTRATADA, às suas expensas, complemente, refaça ou substitua os equipamentos rejeitados.



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional da CODEVASF

14.5. A CONTRATADA entende e aceita que o pleno cumprimento do estipulado neste item é condicionante para:

a) Emissão, pela Codevasf, do Atestado de Capacidade Técnica.

15. FISCALIZAÇÃO

15.1. A gestão do contrato, bem como a fiscalização da execução dos fornecimentos será realizada pela CODEVASF, na forma do Capítulo III da Lei 13.303/16, a quem compete verificar se a Licitante vencedora está executando os trabalhos, observando o contrato e os documentos que o integram.

15.2. A Fiscalização terá poderes para agir e decidir perante a Contratada, inclusive rejeitando fornecimentos que estiverem em desacordo com o Contrato, com as Normas Técnicas vigentes relacionadas aos objetos destes Termos de Referência e com a melhor técnica consagrada pelo uso, obrigando-se desde já a Contratada a assegurar e facilitar o acesso da Fiscalização, aos fornecimentos, e a todos os elementos que forem necessários ao desempenho de sua missão.

15.3. A Fiscalização terá plenos poderes para sustar qualquer fornecimento que não esteja sendo executado dentro dos termos do contrato, dando conhecimento do fato à 6ª/SR, responsável pela execução do contrato.

15.4. Cabe à Fiscalização verificar a ocorrência de fatos para os quais haja sido estipulada qualquer penalidade contratual. A Fiscalização informará ao setor competente quanto ao fato, instruindo o seu relatório com os documentos necessários, e em caso de multa, a indicação do seu valor.

15.5. Das decisões da Fiscalização poderá a Contratada recorrer à 6ª Superintendência Regional da CODEVASF, responsável pelo acompanhamento do contrato, no prazo de 10 (dez) dias úteis da respectiva comunicação. Os recursos relativos a multas serão feitos na forma prevista na respectiva cláusula.

15.6. A ação e/ou omissão, total ou parcial, da Fiscalização não eximirá a Contratada da integral responsabilidade pela execução do objeto deste contrato.

15.7. Fica assegurado aos técnicos da CODEVASF o direito de, a seu exclusivo critério, acompanhar, fiscalizar e participar, total ou parcialmente, diretamente ou através de terceiros, da



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional da CODEVASF

execução dos fornecimentos prestados pela licitante vencedora, com livre acesso ao local de trabalho para obtenção de quaisquer esclarecimentos julgados necessários à execução dos respectivos fornecimentos.

16. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

16.1. Fornecer os veículos descritos nestes Termos de Referência, na quantidade, qualidade e condições indicadas, a partir da ordem de fornecimento emitida pela contratante.

16.2. A licitante fica obrigada a garantir o funcionamento pleno de os veículos fornecidos.

16.3. A contratada deverá investir em medidas de promoção da ética e de prevenção da corrupção que contribuam para um ambiente mais íntegro, ético e transparente no setor privado e em suas relações como o setor público, comprometendo-se a atuar contrariamente a quaisquer manifestações de corrupção, atuando junto a seus fornecedores e parceiros privados a também conhecer e cumprir as previsões da Lei 12.846/2013, do Decreto nº 8.420/15, da lei 13.303/2016, e da Política de Integridade da Codevasf, abstendo-se, ainda, de cometer atos tendentes a lesar a Administração Pública, denunciando a prática de irregularidades que tiver conhecimento por meios dos canais de denúncias disponíveis.

17. OBRIGAÇÕES DA CODEVASF

17.1. Exigir da CONTRATADA o cumprimento integral deste Contrato.

17.2. Esclarecer as dúvidas que lhe sejam apresentadas pela CONTRATADA, através de correspondências protocoladas.

17.3. Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto do contrato.

17.4. Expedir por escrito, as determinações e comunicações dirigidas a CONTRATADA, determinando as providências necessárias à correção das falhas observadas.

17.5. Rejeitar todo e qualquer fornecimento inadequado, incompleto ou não especificado e estipular prazo para sua retificação.

17.6. Emitir parecer para liberação das faturas, e receber os fornecimentos/serviços contratados.

17.7. Efetuar o pagamento no prazo previsto no contrato.



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional da CODEVASF

18. GARANTIA DOS EQUIPAMENTOS

18.1 A(s) licitante(s) vencedora(s) responsabiliza-se (m), por si e por seus sucessores, pela garantia de que todos os bens fornecidos são novos, sem uso e livres de defeitos de projetos, de fabricação ou de material, obrigando-se a garanti-los integralmente nas condições estabelecidas nas especificações técnicas respectivas, no prazo mínimo de 12 (doze) meses, ou prazo superior fixado pelo fabricante, o qual deverá estar expresso na proposta, contado a partir da data da sua entrega à CODEVASF, no local de que trata o subitem 4.1 deste Edital;

18.2 Caso a garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido no subitem 17.1, a licitante deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo tempo restante;

18.3 A garantia abrange a manutenção corretiva dos bens, por intermédio de empresa credenciada pelo fabricante e de acordo com as normas técnicas específicas, a fim de manter os bens em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus adicional para a CODEVASF;

18.4 O início do atendimento não poderá ultrapassar o prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas úteis (dois dias úteis), contadas da solicitação efetuada;

18.5 O término do atendimento, considerando a colocação dos bens em perfeito estado de uso, não poderá ultrapassar 05 (cinco) dias úteis do início do atendimento;

18.6 Decorridos os prazos estabelecidos nas alíneas acima, sem o atendimento devido, fica a CODEVASF autorizado a contratar esses serviços de outra empresa e a cobrar da(s) licitante(s) vencedora(s) os custos respectivos, sem que tal fato acarrete qualquer perda quanto à garantia dos bens ofertados.

18.7 Após a assinatura dos contratos ou ordens de fornecimento, a contratada deverá comprovar, por meio de declaração ou apresentação da rede de assistência técnica autorizada, que os fabricantes dos veículos possuem assistência técnica num raio de cerca de 200 km de distância da cidade de Juazeiro/BA.

19 CONDIÇÕES GERAIS



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional da CODEVASF

19.1 Estes Termos de Referência e seus anexos farão parte integrante do contrato ou Ordem de Fornecimento a ser firmado com a CONTRATADA, independente de transições.

20 ANEXOS

20.1 São ainda, documentos integrantes destes Termos de Referência, CD-ROM contendo:

- Anexo I – Planilha de Especificações Técnicas, Quantidades e Preços.
- Anexo II – Justificativas.
- Anexo III – Minuta de Ata de Registro de Preços



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional da CODEVASF

ANEXO I - PLANILHA DE ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, QUANTIDADES E PREÇOS

Item Pregão	CATMAT	Descrição/ Especificações técnicas	Un	Quant	Valor Unitário	Valor Global
01	BR254799 ou semelhante	Caminhonete flex com as seguintes características: novo, zero quilômetro; potência do motor: mínima de 80 CV; combustível: gasolina / etanol (FLEX); quantidade de portas: 02 (duas) portas; ano/modelo: 2021/2022 ou superior; cor: branca; transmissão: mecânica manual com no mínimo 05 (cinco) marchas sincronizadas à frente e 01 (uma) a ré; freios: hidráulico com ação nas quatro rodas, com sistema ABS, dianteiro a disco ventilado e traseiro a tambor auto ajustáveis (ou sistema superior); ar condicionado: original, instalado pela fábrica; acessórios de segurança e sinalização exigidos pela legislação brasileira para a categoria; direção: com assistência elétrica e/ou hidráulica convencional ou progressiva; alarme sonoro antifurto; vidros elétricos com acionamento nas duas portas, compartimento de carga: caçamba com capacidade mínima de 450 kg; Chapa Protetora de Motor e tapetes; Emplacados e licenciados em nome da CODEVASF – 6ª SR	Un	05	89.260,00	446.300,00
02	BR461899	VEÍCULO VAN. Veículo tipo van/minibus, novo, zero km, ano/modelo 2021 ou 2021/2022; configurado na cor branca ou prata; capacidade mínima de 15 passageiros mais 1 motorista; bancos/assentos de passageiros reclináveis ergonômicos e confortáveis; teto alto; vão mínimo da porta lateral de 1760 x 1260 mm (largura x altura); carga útil mínima de 1540 kg; motor de 4 cilindros, com potência mínima de 127 cv; combustível diesel S-10; câmbio mecânico de 5 ou 6 marchas a frente e 1 a ré; direção hidráulica ou elétrica; tração traseira; suspensão dianteira independente com molas transversais parabólicas, amortecedores hidráulicos de duplo efeito e barra estabilizadora; suspensão traseira rígida com molas parabólicas, amortecedores hidráulicos de duplo efeito e barra estabilizadora; capacidade mínima do tanque de combustível de 75 litros; rodado duplo ou simples; pneus com dimensões mínimas	Un	02	270.000,00	540.000,00



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
 6ª Superintendência Regional da CODEVASF

		195/75 R16C; estepe com as mesmas especificações dos pneus e rodas; freio hidráulico de duplo circuito com servo depressão, a disco em todas as rodas com discos frontais autoventilados; controle de estabilidade; controle antibloqueio de freios (ABS); controle de tração; servofreio de emergência (BAS); air bags para motorista e passageiros da frente; ar condicionado original de fábrica de alta performance com saídas no painel e no teto; volante com ajuste de altura e profundidade; vidros dianteiros elétricos; espelhos retrovisores elétricos; Rádio AM/FM com CD MP3, USB, cartão de memória SD e sistema de som; faróis de neblina; desembaçador de vidro traseiro; roda de liga leve ou aço estampado de 16" ou maior; tacógrafo digital; macaco, triângulo e chave de rodas; com todos os equipamentos e acessórios exigidos pelo Código Brasileiro de Trânsito; garantia mínima de 24 (vinte e quatro) meses. Emplacados e licenciados em nome da CODEVASF – 6ª SR.				
03	BR0150070 ou semelhante	Veículo tipo pick-up, cabine simples, tração 4x4, cor branca, motor a diesel com potência igual ou superior a 140 cv, tanque de combustível com capacidade mínima de 70 litros, capacidade de carga igual ou superior a 1.000 kg, câmbio manual ou automático de no mínimo 5 velocidades, zero quilometro, ano de fabricação e modelo 2021/2022 ou versão mais atualizada, ar condicionado de fábrica. Capota marítima, protetor de caçamba. Emplacados e licenciados em nome da CODEVASF – 6ª SR.	Un	02	199.000,00	398.000,00
04	BR0150070	Veículo tipo pick-up, cabine dupla, tração 4x4, cor branca, motor a diesel com potência igual ou superior a 160 cv, tanque de combustível com capacidade mínima de 75 litros, capacidade de carga igual ou superior a 1.000 kg, câmbio automático de no mínimo 6 velocidades, zero quilometro, ano de fabricação e modelo 2021/2022 ou versão mais atualizada, ar condicionado de fábrica. Capota marítima, protetor de caçamba. Emplacados e licenciados em nome da CODEVASF – 6ª SR.	Un	06	262.333,33	1.573.999,98
TOTAL					R\$ 2.958.299,98	



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional da CODEVASF

ANEXO II - JUSTIFICATIVAS

Finalidade: O Objeto deste certame é a aquisição, na modalidade de Pregão Eletrônico – Sistema de Registro de Preços, do tipo menor preço, para a contratação de empresa para fornecimento de veículos utilitários, visando atender diversos municípios na área de atuação da 6ª Superintendência Regional da Codevasf, localizada em Juazeiro, Estado da Bahia.

Da necessidade da contratação: O fornecimento dos veículos tipo leve e utilitário é de fundamental importância para o desenvolvimento de atividades agropecuárias realizadas no âmbito da agricultura familiar, pois aumenta a produtividade da mão de obra labutante, assim como das lavouras, melhora a técnica do manejo alimentar, a eficiência no uso dos materiais de alimentação animal e, conseqüentemente, o melhor desempenho da ação laboral e econômica das famílias beneficiadas.

Justifica as razões de interesse público, pois é extremamente necessária a contratação dos fornecimentos objeto da presente licitação. As políticas públicas voltadas para a solução das carências do semiárido nordestino, apesar de terem proporcionado alguns progressos, ainda não conseguiram melhorar substancialmente os indicadores sociais da região, que se situam entre os mais baixos do país. Contudo, é possível dizer que hoje há um consenso entre políticos e administradores, partilhado por grande parte da população brasileira, quanto à urgência da adoção de medidas capazes de melhorar a qualidade de vida da população da região e de reduzir a escassez de estrutura principalmente das comunidades rurais difusas do semiárido. As constantes secas provocam o colapso das atividades produtivas, sobretudo na agropecuária, o que impede a fixação do homem no campo e provoca a migração da população.

Portanto, a estruturação de atividades agropecuárias constitui-se como uma estratégia de desenvolvimento que envolve aspectos socioeconômicos, culturais e ambientais. Assim, pelo seu significativo valor social e econômico, percebe-se a grande importância que é a aquisição de Tratores e Implementos Agrícolas para atendimento às demandas das comunidades rurais.

Com o objetivo de proporcionar a melhoria das condições estruturais e técnicas para o



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional da CODEVASF

desenvolvimento de atividades pecuárias na região semiárida, numa perspectiva de segurança alimentar e de melhoria da qualidade de vida dos agricultores e suas famílias, faz-se necessária a aplicação de recursos públicos para aquisição dos itens descritos nestes Termos de Referência.

Da adoção pelo uso do PREGÃO ELETRÔNICO: A adoção do Pregão Eletrônico visa ampliar a eficiência nesta contratação, a competitividade entre os licitantes, assegurar o tratamento isonômico, buscar maior simplificação, celeridade, transparência e eficiência nos procedimentos para dispêndio de recursos públicos e a seleção da proposta mais vantajosa para a administração pública.

Busca-se, com esse procedimento, a contratação de fornecimentos, carga, descarga e frete para aquisição de bens comuns, ou seja, veículos utilitários cujas características são facilmente identificáveis pelo mercado, técnicos, indústrias fabricantes, distribuidores e fornecedores. Para que não haja dúvidas ou aquisição equivocada de alguns ou alguns itens, as especificações técnicas foram elaboradas de maneira a deixar clara a descrição de cada item a ser adquirido, conforme preconizado no Inciso II do Art. 3 do Decreto 10.024/2019.

Do Sistema de Registro de Preços (SRP):

A Codevasf tem como um de seus objetivos, promover melhorias no sistema de produção, por meio da aquisição de máquinas, implementos agrícolas, equipamentos e materiais para auxiliar no aumento da produção de alimentos, possibilitando a geração de emprego e renda.

Em razão disto, foram licitados, adquiridos e doados os seguintes quantitativos de equipamentos nos últimos anos:

Equipamento	2017	2018	2019	2020
Veículos	6	8	14	22

Tomando por base o trabalho frequente de aquisição e doação de veículos e para uso da 6ª SR no quadro acima, observa-se que a quantidade de veículos licitados, adquiridos e doados por esta superintendência possuem tendências de crescimento desde 2017 e que o quantitativo necessário



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional da CODEVASF

não pode ser previsto. Além disso, o número de solicitações para aquisição desses itens no ano de 2021 já supera a média dos anos anteriores.

O presente processo atende plenamente aos incisos I e IV do artigo 3º do Decreto 7.892/2013, o qual versa sobre as hipóteses para a adoção de um Sistema de Registro de Preços.

Da não de divulgação da Intenção de Registro de Preços (IRP):

Devido à especificidade das dificuldades operacionais ocasionadas pela conjuntura econômica do ano corrente; pela necessidade de conclusão célere do procedimento licitatório; para fazer valer o interesse público e com vistas ao cumprimento do prazo de encerramento do exercício de 2019 a CODEVASF usufruirá o direito facultado no Art. 4º, § 1º do 7.892/2013 e do Decreto nº 8.250/2014, ponderando pela dispensa da divulgação da Intenção de Registro de Preços (IRP).

Bem Comum: Quanto ao enquadramento do objeto da licitação em bem comum cabe destacar que o objeto em questão se enquadra na definição de bem comum, sendo já realizada a aquisição desses equipamentos em outras licitações da Codevasf. Pois para a aquisição desses equipamentos é possível estabelecer, para efeito de julgamento das propostas, mesmo com a complexidade envolvida, a elaboração de especificações reconhecidas e usuais de mercado, com padrões de qualidade e desempenho. Assim, podendo ser classificados como bens comuns.

Regime de Execução: Empreitada por Preço Unitário, visto que a contratação a ser realizada é para itens com características individuais, a partir de fabricantes de ramos industriais diferentes, de preço certo de unidades determinadas, conforme Art. 42 da Lei 13.303/2016.

Permite Participação de Consórcios: **Não:** A logística necessária para cumprimento do objeto não exige o envolvimento de empresas com diferentes especialidades, sendo conseqüentemente não necessária a formação de consórcios.



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional da CODEVASF

Permite Participação de Cooperativa: Não: Não atende a legislação para fornecimento do objeto licitado.

Critério de Julgamento: Menor preço, de acordo com o Art. 54, inciso I da Lei n.º 13.303/2016.

Qualificação Técnica: As exigências técnicas são imprescindíveis para que a vencedora do certame em questão tenha total capacidade técnica de fornecer o objeto com a segurança e a qualidade esperada para o empreendimento.

Justificativa da adoção do valor estimado público: Conforme Acórdão nº 1502/2018 – Plenário TCU, nas licitações realizadas pelas empresas estatais, sempre que o orçamento de referência for utilizado como critério de aceitabilidade das propostas, sua divulgação no edital é obrigatória, e não facultativa, em observância ao princípio constitucional da publicidade e, ainda, por não haver no art. 34 da Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais) proibição absoluta à revelação do orçamento.

Permite a subcontratação: Não. O bem em questão não é divisível, o que demonstra que não existe partes a serem subcontratadas e a garantia de fábrica e assistência técnica deve ser dada como um todo pelas fabricantes e concessionárias autorizadas não se existindo a possibilidade da subcontratação.

Da não Exigência de Garantia de Execução: Por não haver complexidade no fornecimento do objeto licitado; que o pagamento só será realizado após o recebimento e conferência dos equipamentos; que há exigência de assistência técnica, não será obrigatório. A exigência serviria apenas para encarecer o objeto.

Assistência técnica no raio de 200 km do município de Juazeiro/BA: Em atendimento ao Acórdão nº 556/2021 – Plenário, será exigido que, após a assinatura dos contratos ou ordens de fornecimento, a contratada deverá comprovar, por meio de declaração ou apresentação da rede



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional da CODEVASF

de assistência técnica autorizada, que os fabricantes dos veículos possuem assistência técnica num raio de cerca de 200 km de distância da cidade de Juazeiro/BA”. A exigência de assistência técnica num raio de 200 km se dá em razão da necessidade das revisões obrigatórias para manutenção da garantia do veículo. As revisões em distância superior a exigida onera a administração pública com as despesas de diárias para motoristas e combustíveis. Outro fato é que na região tem autorizadas de diversas marcas, o que não configura restrição ao processo licitatório.

Da admissão de adesão dos órgãos não participantes (carona): Sim – A adesão a Ata de Registro de Preços promove a eficiência nas contratações públicas pois, por serem mais céleres, facilitam o planejamento da gestão, promovem economicidade ao contratar pelo melhor preço e pouco custo. Além de otimizar a gestão, sem se afastar-se dos princípios da Administração Pública quais sejam: legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, eficiência, economicidade, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório e julgamento objetivo, pode ser ainda uma alternativa de contratação no caso de necessidade de execução orçamentária, observando no caso em concreto a urgência na aquisição dos referidos bens. As adesões são ferramentas para otimizar o serviço público, no que diz respeito a eficiência e celeridade nas aquisições públicas. A contratação de bens e serviços no âmbito do Poder Público depende de uma série de procedimentos custosos, lentos e burocráticos. Já um procedimento de adesão a uma licitação torna bem mais simples e célere uma contratação necessária e urgente pelos órgãos públicos, inclusive pelas Superintendências Regionais da Codevasf. Não obstante ser auto evidente a vantagem de uma adesão, esta se coloca como uma exceção ao dever de licitar.

Regime de Execução: Empreitada por Preço Unitário, visto que a contratação a ser realizada é para item com características individuais, a partir de fabricantes de ramos industriais diferentes, de preço certo de unidades determinadas, conforme Art. 42 da Lei 13.303/2016.

Intervalo de Lances: O intervalo mínimo de diferença entre os lances será de 0,2% (dois décimo por cento), do valor do item pertinente, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta. O percentual foi exigido considerando o valor do



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional da CODEVASF

certame.

Qualificação Econômico financeira: Com base na IN 03/2018, que define a comprovação de patrimônio líquido mínimo referente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, a área técnica concorda com a exigência editalícia.

Indicação do Gestor da Ata de Registro de Preços: O Gestor da Ata de Registro de Preços será o Auxiliar em Desenvolvimento Regional Daniel do Nascimento Santo, cadastro 10595-05.